

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 118ª Reunião Ordinária da CT-OL - 24/10/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAP	Maurício Magossi (T)
BRK Ambiental Limeira	Daiane dos Santos Cardoso (S) Wesley Rodrigo dos Santos (S)
CATI	Antônio Lopes Júnior (T)
DAE Americana	João Marco Alves de Oliveira (T)
DAE Jundiaí	Cláudia Debroi de Campos (S)
DAEV S.A.	Daniel Maeda (T) Pedro Ferreira Steola (S)
Dedini S/A	Igor Alessandro Serra (T)
Edisonda	Letícia dos Santos Daleffe (T)
Elogi Soluções Ambientais	Luiz Fernando Nespeque Furtado (T)
INEVAT	Cecília de Barros Aranha (T)
P.M. de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
P.M. de Indaiatuba	Alex Augusto de Abreu Bovo (S)
P.M. de Itatiba	Lucas Marino Vivot (T)
P.M. de Itupeva	Jaqueline Salvador Leite (T)
P.M. de Jundiaí	Cláudia Debroi de Campos (T)
P.M. de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T) Juvenal Soares de Araújo Neto (S)
P.M. de Rio Claro	Mariana Vieira de Campos Kouichi (T) Amanda Viana Galanti (S) Maurício Monteiro (S)
P.M. de Salto	Bianca Piratello Camargo (S)
Química Amparo Ltda	Karla Torres Nascimento (S) Stephani Cristine de Souza Lima (S)
SAA	Antônio Lopes Júnior (T)
SAAE Atibaia	Uelinton Ramos Matias (T)
SABESP	Pedro Cardoso Franco de Camargo (T)
SANASA	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (T)
SINDAREIA	José Edvaldo Tietz (T)
SP Águas	Ariana Rosa Bueno Damiano (T)

Membros ausentes	
ASSEMAE	
DAAE Rio Claro	
P.M. de Hortolândia	
P.M. de Louveira	
P.M. de Morungaba	

P.M. de Valinhos
P.M. de Várzea Paulista
SAAE Salto
SAAEJA

Membros ausentes com justificativa
GEOBLUE

Demais presentes	
Agência das Bacias PCJ	Daphenes Vargas
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso da Silva
	Tainá Lima de Moura
BRK Ambiental Limeira	Thamiris Cardoso
	Vanessa Musto
Câmara Municipal de Piracicaba	Liliane Cristina Trevisan

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos vinte e quatro dias de outubro de 2025, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, a 118ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 17 de outubro 2025. **2. Abertura da 118ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL):** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, representante da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas). Em seguida, a Sra. Ariana agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, a Sra. Tainá Moura, da Equipe de Apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) apresentou um vídeo da 3ª edição do movimento “Jovem, vem para o PCJ”, iniciativa da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ com apoio da Fundação Agência das Bacias PCJ. O movimento, voltado a jovens de 18 a 30 anos, pretende selecionar até 36 participantes comprometidos com o futuro da água na região das Bacias PCJ, reforçando o protagonismo juvenil na defesa dos recursos hídricos. O objetivo é construir pontes entre gerações, promovendo a troca de experiências entre veteranos e novos integrantes, por meio de acompanhamento e mentoria. Mais informações estão disponíveis no site da Agência das Bacias PCJ, por meio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 118ª Reunião Ordinária da CT-OL - 24/10/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

do [link](#). Após a abertura, a Sra. Ariana prosseguiu com os itens de pauta. **3. Informes:** A Sra. Ariana passou para os informes. **3.1. da Coordenação:** A Sra. Ariana informou que houve uma alteração referente à capacitação sobre “Demanda Hídrica para Irrigação”, que estava agendada para ocorrer no dia 15/10/2025, de forma presencial, na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), em razão de conflito de agenda do palestrante. Dessa forma, a capacitação foi remarcada para o dia 12/12/2025, presencialmente, na CATI em Campinas/SP. Nesse sentido, para aqueles que já haviam realizado a inscrição, informou que será enviado um novo formulário no início de dezembro para atualização dos dados. Ressaltou que as inscrições anteriores serão canceladas e solicitou que todos realizem novamente a inscrição; **3.2. dos membros:** A Sra. Ariana consultou os membros se havia informes, mas não houve solicitação; **3.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) apresentou os informes SE/PCJ: **a) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-OL e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante da seguinte entidade: **i. DAEV S.A:** solicitando a inclusão do Sr. Pedro Ferreira Steola como representante suplente em substituição da Sra. Camila Augusto Euphorosino. Como se trata de alterações em entidade que já integra a CT, o informe é apresentado aos membros apenas para ciência, sem necessidade de aprovação; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização,

fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT-OL será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 ([link](#)) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: custeio@agenciaspcj.org.br ou (19) 3437-2100

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 118ª Reunião Ordinária da CT-OL - 24/10/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

(opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste [link](#); **d) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá informou os próximos eventos dos Comitês PCJ, sendo: **i.** VIII Seminário de Saúde Ambiental “Assegurando a Jornada da Água – do Manancial ao Consumidor”, organizado pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), previsto para o dia 29/10/25, no Auditório da DAE Jundiá, em Jundiá/SP; **ii.** VIII Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ – “Inovações na Gestão de recursos Hídricos Subterrâneos”, organizado pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS). O evento irá ocorrer no dia 13/11 e 14/11, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP Rio Claro, em Rio Claro/SP; **iii.** Oficina para Revisão da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, organizado pela CT-Mananciais. O evento irá ocorrer no dia 18/11/25, no CENA/USP, em Piracicaba/SP. A divulgação dos eventos das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, bem como a programação completa pode ser acessada no site dos Comitês PCJ, na seção “[Eventos](#)”; **e) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** convidou os presentes para as próximas reuniões dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: **i.** 15ª Reunião Extraordinária Conjunta das Câmaras Técnicas de Planejamento (CT-PL) e do Plano de Bacias (CT-PB) no dia 07/11/2025, às 09h00, por videoconferência; **ii.** 98ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL): dia 07/11/2025, às 10h00, por videoconferência. As reuniões serão transmitidas no canal da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ na plataforma YouTube. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **f) Próximas reuniões da CT-OL:** informou que a próxima reunião da CT-OL está prevista para ocorrer no dia 12/12/2025, presencial na CATI, em Campinas/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) da CT-OL no site dos Comitês PCJ; **4. Aprovação da minuta de ata da reunião anterior:** A Sra. Ariana informou que a minuta da ata da 117ª Reunião Ordinária da CT-OL, realizada em 22/08/25, por videoconferência, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo

regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo solicitações, colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade.

5. Aprovação do Plano de Trabalho (2026-2027) da CT-OL:

A Sra. Ariana apresentou o Plano de Trabalho 2026-2027 para o próximo período. Informou que o documento está estruturado em três eixos principais: **i.** demandas da Secretaria Executiva (Categoria A); **ii.** temas para discussão (Categoria B) e **iii.** eventos (Categoria C). Ressaltou que a Categoria A contempla as demandas da Secretaria Executiva, que não podem ser alteradas, incluindo o apoio operacional e aprimoramento do Sistema de Declarações das Condições de Uso de Captações (SiDeCC) e Sistema Remoto de Declaração das Condições de Uso de Captações (SiDeCC-R), suporte à fiscalização e aprofundamento da política de outorgas dos Comitês PCJ. Em seguida, destacou a Categoria B, referente aos temas para discussão, composta inicialmente por quatro itens: **i.** Revisão da Política de Outorgas e dos programas propostos. Destacou que será necessária a revisão da política de outorgas, uma vez que a versão previamente aprovada não avançou e, diante das alterações recentes na legislação, requer atualização; **ii.** Desenvolvimento de capacitação sobre os cadernos temáticos do Plano de Bacias, permitindo a realização de novas oficinas caso surjam demandas decorrentes de mudanças; **iii.** Desenvolver atividades relacionadas a efetivação do Reenquadramento do Rio Jundiá; **iv.** Legislações Ambientais voltadas a regularização de usos e interferências em Recursos hídricos em meios urbanos e rurais. Destacou que recebeu uma sugestão de realizar anualmente uma reunião aberta com o objetivo de melhorar a interlocução dos usuários de recursos hídricos, sociedade civil e demais entidades com os instrumentos de gestão de recursos hídricos, especificamente outorga e licenciamento ambiental. Na Categoria C, informou que está prevista para o próximo ano a atividade “Conhecendo o Rio Jundiá”, consistindo em visita técnica presencial da Nascente a Foz, com o objetivo de observar os esforços realizados ao longo dos anos e os resultados do reenquadramento dos trechos. Informou que o professor Cláudio Cunha já conduz trilhas educativas no local, e que será realizado alinhamento prévio para definição da proposta no início

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 118ª Reunião Ordinária da CT-OL - 24/10/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

do ano. Destacou que para 2027 está previsto um webinar sobre ações e resultados, com base nos relatórios a serem aprovados. Ressaltou que o webinar deste ano evidenciou que várias metas ainda estão distantes de serem alcançadas, e que demandará novas ações. Na sequência, abriu espaço para manifestações, lembrando que o Plano de Trabalho havia sido encaminhado previamente e que, até o momento, houve contribuições apenas sobre os temas para discussão. Em seguida, não havendo solicitações, colocou em votação, sendo aprovada a proposta do Plano de Trabalho (2026-2027) da CT-OL. Nesse sentido, a Sra. Tainá informou que a versão apresentada é preliminar e seguirá para a Secretaria Executiva. Ressaltou que a Diretoria avaliará todos os planos recebidos para definir o orçamento das Câmaras Técnicas, especialmente quanto aos eventos. Após a avaliação, o Plano de Trabalho será devolvido à Câmara Técnica para aprovação final em fevereiro de 2026, seguindo para a CT-PL e Plenária em março de 2026, via minuta de deliberação. **6. Apresentação: “Bacia do Rio Piracicaba” - Igor A. Serra:** O Sr. Igor Alessandro Serra, representante da Dedini S/A, apresentou um panorama sobre os desafios atuais da bacia, visando subsidiar as discussões para a renovação da outorga do Sistema Cantareira. Em sua exposição, detalhou a composição da bacia (domínio federal) e o papel estratégico de seus afluentes, como os rios Camanducaia, Jaguari, Jacaré, Cachoeira e Atibainha, além do rio Corumbataí, essencial para o abastecimento de Piracicaba. Foram apontados impactos críticos, como as ocupações irregulares e a supressão de mata ciliar no entorno da represa de Salto Grande. O Sr. Igor abordou os efeitos da poluição difusa urbana (descarte de resíduos, ligações clandestinas e microplásticos) e rural (arraste de fertilizantes), que aceleram o processo de eutrofização e a consequente mortandade de organismos aquáticos devido à redução de oxigênio. Sobre o saneamento, registrou que, embora o índice de tratamento de esgoto tenha saltado de 10% em 2001 para os atuais 83,94%, a ausência de tratamento terciário em muitas estações impede a remoção eficaz de fósforo e nitratos. Quanto à infraestrutura, informou sobre o papel das barragens de Pedreira e Duas Pontes (com capacidades de 32 e 53 bilhões de litros, respectivamente) na regularização de vazões. No contexto do Sistema Cantareira, apresentou dados da

Sala de Situação PCJ (referentes a 23/10), demonstrando a disparidade entre a liberação para a bacia (cerca de 9 m³/s) e a transposição para a Região Metropolitana de São Paulo (aproximadamente 30,6 m³/s), ponto que considerou central para o debate da nova outorga. Após a apresentação, os membros discutiram a situação crítica da Represa de Salto Grande e do Ribeirão Quilombo, ressaltando que a baixa qualidade da água sobrecarrega o sistema de tratamento de Americana. Foram enfatizados os investimentos em tecnologias de tratamento e a urgência de uma gestão hídrica regional que considere o crescimento urbano e a redução dos aquíferos. Encerradas as discussões, a Sra. Ariana agradeceu as contribuições e prosseguiu com a pauta. **7. Grupo de Trabalho de Usos da Água, Legislação e Difusão de Informações em Recursos Hídricos (GT-Usos da Água e Difusão):** O Sr. Antônio Lopes, representante da CATI e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e coordenador do Grupo de Trabalho de Usos da Água, Legislação e Difusão de Informações em Recursos Hídricos (GT-Usos da Água e Difusão) da CT-OL, relatou as atividades da reunião realizada em 24/10/2025. Detalhou os objetivos do grupo, que incluem a análise de legislações ambientais e a simplificação do entendimento sobre normas de regularização de usos e interferências hídricas, muitas vezes sobrepostas. Entre as discussões do GT, destacou o aprimoramento de instrumentos de gestão como outorga, licenciamento, sistemas de informação, monitoramento e cobrança pelo uso da água. Foram apresentados os temas já discutidos pelo grupo, com ênfase na legislação sobre desassoreamento e barramentos rurais e urbanos. O Sr. Antônio ressaltou a relevância do Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pela Lei nº 12.651/2012, como ferramenta de gestão. Explicou que o CAR confronta as declarações dos proprietários com bases oficiais para validar Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes, sendo essencial para prevenir ocupações irregulares. Esclareceu, ainda, que expansões urbanas sobre áreas rurais devem respeitar o marco temporal de 22 de julho de 2008 e que barramentos posteriores a essa data exigem licenciamento ambiental. Complementando a exposição, informou sobre os programas “Berços d’Água” (conservação de solo e recarga de aquíferos) e “Águas Rurais” (saneamento rural), que oferecem

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 118ª Reunião Ordinária da CT-OL - 24/10/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

subvenções de até R\$ 25.000,00 para produtores investirem em melhorias na qualidade da água. A Sra. Ariana agradeceu a contribuição, ressaltando que as informações sobre o CAR e os programas da Secretaria da Agricultura apoiam a gestão dos recursos hídricos, especialmente em processos de expansão urbana e adequação de loteamentos. Ressaltou a importância desses temas para subsidiar a revisão da política de outorgas. **8. Grupo de Trabalho de Enquadramento dos Corpos D'água (GT-Enquadramento):** A Sra. Ariana justificou a ausência do Sr. Danilo Resende de Moraes, representante da DAE Jundiá. Diante disso, apresentou um vídeo em que o Sr. Danilo relatou os resultados da 6ª edição do Webinar “Conversando sobre o Rio Jundiá – Desafios do Enquadramento”, ocorrido em 23/09/2025. Sobre o conteúdo do webinar, foram destacados os seguintes pontos: **i.** contextualização do processo de reenquadramento do rio Jundiá; **ii.** o papel dos produtores rurais na preservação da água e a necessidade de subsídios adequados; **iii.** recapitulação das edições anteriores do webinar, abrangendo os últimos cinco anos, com explicações sobre os conceitos de enquadramento (Classes 3 e 4); **iv.** importância da participação da sociedade por meio de uma comunicação acessível; **v.** foram abordadas questões como excesso de nutrientes e *Escherichia coli* (E. coli) no rio Jundiá e a necessidade de aprimorar o tratamento de esgoto; **vi.** importância da universalização da ligação dos usuários às redes de esgoto e da recuperação de nascentes como estratégia essencial para aumentar a produção de água; **v.** poluição difusa como principal fator de degradação da qualidade da água. O Sr. Danilo informou que foi disponibilizado um formulário para captar a percepção dos participantes sobre o rio Jundiá, com resultados apresentados ao final do evento. Complementando, a Sra. Ariana apresentou os dados do questionário de percepção aplicado no evento, com a participação de 49 pessoas. Os resultados indicaram que, embora 77% dos respondentes não considerem o rio próprio para abastecimento atualmente, 69% acreditam na possibilidade futura de uso recreativo. Entre as medidas sugeridas pelos participantes para a efetivação do enquadramento, destacaram-se o rigor na fiscalização e multas, a gestão intermunicipal e o cumprimento das metas do Plano de Bacias. Por fim, ressaltou-se que o último relatório técnico evidência que diversas metas de

qualidade ainda não foram atingidas. Nesse sentido, o Sr. Danilo ressaltou que para o próximo ciclo de atividades, o GT avaliará essas contribuições, discutindo formas de apresentar as informações do relatório técnico de enquadramento. Concluindo, para consultar detalhadamente as discussões que ocorreram no webinar, a gravação está disponível no YouTube na página da Fundação Agência PCJ ([link](#)). **9. Outros assuntos:** A Sra. Ariana mencionou três deliberações publicadas pelo SP Águas em 23 setembro, referentes à situação de escassez hídrica. Destacou a [Deliberação nº 10](#), que estabelece experimento regulatório para implementação do protocolo de escassez hídrica nas bacias hidrográficas do Estado de São Paulo; a [Deliberação nº 11](#), que declara a escassez hídrica quantitativa na bacia hidrográfica do Alto Tietê; e a [Deliberação nº 12](#), que declara escassez hídrica quantitativa na porção de competência do Estado de São Paulo da bacia hidrográfica do Rio Piracicaba. O objetivo é evitar a repetição do cenário crítico de 2015. Informou que foram suspensas, a partir de 24 de setembro, novas declarações de dispensa de outorga e novas outorgas de captação de água superficial e subterrânea destinadas a usos não prioritários. Reiterou que os usos prioritários são aqueles destinados ao consumo humano e a dessedentação de animais, ficando suspensas as demais finalidades para poços com até 30 metros de profundidade localizados a até 200 metros de corpos hídricos. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, Coordenadora da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Ariana Rosa Bueno Damiano
Coordenadora da CT-OL

Cláudia Debroi de Campos
Coordenadora-adjunta da CT-OL